



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

O PT de volta às origens

Deputado na Constituinte de 1988, Lula desobedeceu ao comando do seu partido ao assinar a Constituição que ela produziu. A bancada do PT recusou-se a assiná-la. Não fora para substituí-la por uma democracia burguesa que os seus futuros companheiros do PT lutaram contra a ditadura da direita. Ao que eles visavam era outro tipo de ditadura, parecida com isso que está no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), ou seja, um projeto de populismo autoritário organizado na forma de uma democracia direta – assinado pelo presidente Lula. Estabelecido esse regime, Congresso e Judiciário ficariam em segundo plano. As decisões importantes seriam transferidas para o chefe do Executivo, apoiado diretamente em comissões, conselhos e organizações cooptadas pelo poder central, subordinadas à sua orientação ideológica e nutridas, quase sempre, com dinheiro do Tesouro.

Esses grupos podem ser movidos por ideologia ou, no extremo oposto, por interesses meramente fisiológicos. Exemplos deste último caso são facilmente identificáveis no peleguismo brasileiro e na permanente procura

de boquinhos na administração pública. Democracia direta é sempre democracia apenas no nome. O sistema representativo, tal como instituído nas sociedades ocidentais modernas, é certamente imperfeito e vulnerável ao poder de grupos. Mas dispõe de mecanismos, em geral eficientes, para canalizar e amortecer as pressões, confrontar e pesar interesses e, é claro, para estabelecer um razoável equilíbrio entre os Poderes de Estado.

A democracia direta elimina esses mecanismos de segurança, em nome dos “interesses do povo”. O decreto do PNDH valoriza o recurso às decisões plebiscitárias e sugere a concessão ao “povo”, além de uma participação maior na elaboração de leis, do poder de veto. Leis de iniciativa popular já são previstas na Constituição de 1988, mas não o veto popular.

No regime em vigor, o veto exercido pelo presidente da República é sujeito a condições e passível de rejeição pelos parlamentares. A inovação insinuada no decreto subordinaria o Congresso à ação do presidente e dos grupos sociais mais organizados e em geral coopta-

dos pelo Executivo. As palavras “povo” e “popular”, nesse caso, são eufemismos típicos do linguajar do autoritarismo.

O mesmo padrão de articulação política está embutido na ideia de organização de conselhos de direitos humanos em todos os Estados, municípios e no Distrito Federal, com mecanismos de ação coordenada “nas três esferas da Federação”. Quem manejará esses mecanismos? A resposta é evidente.

Nesse decreto, a expressão “direitos humanos” é apenas um carimbo destinado a legitimar um sistema autoritário de controle econômico, social e político. Organizações privadas e representativas apenas de interesses de grupos poderão influir na pauta da pesquisa científica e tecnológica – como denunciou o presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, Walter Colli –, sobre as decisões de plantio dos agricultores e sobre os projetos de investimento das empresas. O licenciamento ambiental dependerá do aval de sindicatos e centrais sindicais – com as consequências previsíveis.

Muito mais que um mosaico de interesses

conflitantes, a enumeração dessas inovações compõe o quadro de um sistema altamente centralizado e apoiado por grupos cooptados e controlados por um punhado de altos dirigentes. Num regime desse tipo, não há lugar para a divisão de poderes constitucionais nem para a fiscalização exercida por meio dos órgãos de comunicação. O decreto prevê o controle da informação e da opinião, sob o pretexto, naturalmente, de proteção dos direitos humanos. Lula já havia tentado por outros meios controlar a imprensa e não desistiu.

Assim, ao final do seu governo, Lula reconduz o PT às suas origens.

Diante dos protestos causados pelo decreto, o presidente procurou pacificar pelo menos os comandos militares. Por meio de novo decreto, atenuou a descrição dos objetivos da comissão de apuração de torturas e outras violações dos direitos humanos. Mas não eliminou a proposta de “revogação de leis remanescentes do período 1964-65 que sejam contrárias à garantia dos direitos humanos ou tenham dado sustentação a graves violações”. Continua aberto o espaço para revogação da Lei da Anistia. O ministro da Defesa, o advogado Nelson Jobim, parece não haver notado esse detalhe.

Mais proteção, mais custo

Para assegurar que a cobertura mínima oferecida pelos planos de saúde aos seus segurados inclua as tecnologias, os tratamentos e os equipamentos que entram em uso recentemente – ou “tudo o que há de mais importante e não esteja defasado”, como resumiu um de seus funcionários –, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) incluiu 73 novos procedimentos na lista de exames, consultas, cirurgias e outros serviços que as operadoras são obrigadas a oferecer.

Para advogados especializados em defesa do consumidor na área de saúde, a lista – que vigorará a partir de 7 de junho – é benéfica para os usuários, mas incompleta. Ela “deixou de fora muitos outros procedimentos já consagrados na medicina”, disse ao **Estado** o advogado Julius Conforti. Para representantes das empresas operadoras dos planos de saúde, a inclusão dos novos procedimentos na lista da cobertura obrigatória terá impacto nos custos operacionais e, consequentemente, no valor das mensalidades pagas pelos segurados.

Criada em 2000 para “promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde e regular as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores (de serviços) e consumidores”, como explica em seu endereço eletrônico, a ANS opera numa corda bamba. Entre suas atribuições está a de elaborar a lista dos procedimentos de cobertura obrigatória nos planos de saúde. Ela tem de assegurar aos que bus-

cam a proteção dos planos de saúde a cobertura mais completa possível, o que inclui as novas tecnologias na área de medicina. Mas, muitas vezes, os novos procedimentos têm um custo tão alto que limita seu uso. Se a ANS impuser às operadoras a obrigatoriedade do oferecimento desses procedimentos poderá levá-las à ruína financeira, o que, no limite, destruiria o sistema de assistência suplementar à saúde.

A primeira lista de procedimentos obrigatórios – chamada de Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde – foi estabelecida pela lei que regulamen-

Ainda não se sabe como os custos dos planos de saúde serão afetados

tou os planos de saúde, em 1998. Desde então, ela foi revista diversas vezes. A que ainda está em vigor foi mudada em 2008. Em 2009, os planos de saúde individuais foram reajustados em 6,76%. Um ponto percentual desse aumento foi atribuído ao impacto da mudança na lista de procedimentos obrigatórios nos custos operacionais das operadoras.

É impossível saber neste momento como a ampliação da cobertura obrigatória dos planos de saúde que acaba de ser anunciada afetará os custos das operadoras. O certo é que as mudanças não afetarão a correção das mensalidades a ser autorizada pela ANS em maio, e que incorporará as variações de custos das operadoras registradas desde o reajuste anterior. Como a lista de no-

vos procedimentos só vale a partir de junho – para dar tempo às operadoras de contratar os serviços com as empresas e profissionais com os quais trabalham –, seu impacto só será sentido na correção das mensalidades prevista para 2011.

Há alterações importantes, como o transplante de medula óssea de uma pessoa para outra, o exame mais sofisticado para diagnóstico precoce do câncer (PET-scan), o implante de marca-passo multissítio, mais de 20 tipos de cirurgias torácicas por vídeo e inclusões no atendimento odontológico.

“O que é comprovadamente importante foi incluído”, garante a gerente-geral técnico-assistencial de produtos da ANS, Martha Oliveira. “Não é um recorte preocupado com o custo, mas sim com o benefício.”

É preciso reconhecer, porém, que alguns desses procedimentos têm custo elevado. A diretora executiva da Fenasaúde (entidade que representa 32% do mercado de planos de saúde), Solange Mendes, observa que um marca-passo incluído nos novos procedimentos pode custar até R\$ 90 mil.

O efeito das mudanças sobre os custos dependerá da demanda dos novos serviços. Eles poderão ser utilizados por 43,7 milhões de segurados que contrataram seus planos depois de janeiro de 1999, quando entraram em vigor as novas regras. Para outros 10,4 milhões que têm planos de saúde mais antigos, vale o que está no contrato.

A Justiça abre suas contas

Entre as diversas providências que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vem tomando com o objetivo de tornar mais transparente e eficiente a administração do Poder Judiciário, uma das mais simples começará a ser adotada nas próximas semanas. Trata-se da divulgação, pela internet, de todas as despesas de custeio e de investimento da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, das Justiças estaduais, da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar. Atualmente, os gastos do Judiciário representam 5,2% da despesa pública global no País. Até hoje, só alguns tribunais vinham divulgando suas contas.

Pela Resolução 102 do CNJ, os dados terão de ser atualizados até o vigésimo dia de cada mês e a medida vale para todas as instâncias judiciais. A divulgação da estrutura de cargos e dos gastos com pagamento de magistrados e servidores administrativos deverá começar em fevereiro. E, a partir de março, todos os tribunais deverão divulgar, em seus respectivos sites, todas as informações relativas à execução orçamentária.

Com base nos dados divulgados, que também terão de ser enviados pelos tribunais ao CNJ, o órgão pretende criar no Judiciário um mecanismo de controle de gastos semelhante ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), que funciona há anos no Poder Executivo. Invocando a autonomia funcional e a independência administrativa, alguns juízes se opunham à abertura das contas de suas respectivas cortes, principal-

mente as informações relativas a salários e gratificações. E, acostumados a pedir verbas suplementares todas as vezes que tinham problemas de caixa, também resistiram à aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs limites a gastos com pessoal, obrigando a Justiça a aplicar seus recursos orçamentários de modo mais racional e a adotar políticas mais eficientes de recursos humanos.

Como afirma o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Mozart Valadares, que apoia a divulgação das contas dos tribunais, a

Divulgação dos dados de custeio e investimento vai começar logo

obrigatoriedade de divulgação dos gastos vai “agüçar a resistência de alguns segmentos judiciais”. Para os conselheiros do CNJ, a medida, juntamente com os indicadores de desempenho funcional e as inspeções da Corregedoria Nacional de Justiça, permitirá identificar os casos de má gestão financeira, de arbitrariedades, de malversação de recursos públicos e de gastos periculários com diárias, coquetéis, homenagens, carros oficiais e passagens aéreas. Em suas inspeções, os auditores do CNJ constatarem graves distorções nas Justiças estaduais, cujo orçamento anual é superior a R\$ 18 bilhões. Por gastar excessivamente com a manutenção dos gabinetes de seus dirigentes, por exemplo, alguns Tribunais de Justiça não dispunham de

recursos suficientes para manter as varas judiciais, prejudicando com isso o atendimento à população.

Para coibir abusos em matéria de execução orçamentária, a resolução do CNJ obriga todos os tribunais a detalhar minuciosamente 30 itens, inclusive gastos com a construção de fóruns, reformas de imóveis, serviços de informática, publicidade, assessoria de imprensa, publicações e combustíveis. Os tribunais terão de informar até o que gastam com o cafezinho dos magistrados.

Além das despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e pensões, as cortes terão de divulgar os subsídios pagos a cada um de seus integrantes e os gastos com funcionários comissionados e terceirizados. Como magistrados e serventuários judiciais se opuseram à divulgação de seus nomes e respectivos vencimentos, o CNJ decidiu que as listagens relativas às folhas de pagamento serão exibidas com o número de matrícula funcional de cada um. Os tribunais também terão de informar as receitas provenientes de custas, taxas judiciais e serviços extrajudiciais e os valores gastos com a execução das sentenças judiciais.

Contribuindo para racionalizar a gestão dos recursos financeiros dos tribunais, as novas regras do CNJ ajudarão o Judiciário a melhorar sua imagem perante a opinião pública. Há dois meses, a pesquisa *Índice Latino-americano de Transparência Orçamentária*, realizada em 12 países, apontou o Judiciário como o mais “opaco” dos Três Poderes. Quanto mais transparente for a Justiça, maior será sua credibilidade.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniaao/opi_forumleitores.0.htm

◆ Direitos humanos

Verdade prioritária: quantas crianças brasileiras morrem todo ano por causa do desvio de recursos públicos para fins escusos?

◆ **CARLOS PACHECO FERNANDES FILHO**
c-pacheco-filho@uol.com.br
São Paulo

◆ Revanchismo

Depois de tantas indenizações milionárias, promoções póstumas e homenagens presidenciais, a antiga “esquerda armada” prossegue em sua sede de vingança, cujo lema é: não basta se dar bem, é necessário que o inimigo se “estrep”!

◆ **ALBERTO FUTURO**
carlos_futuro@viscondeitaborai.com.br
São Paulo

◆ Foice e martelo

Como seria na prática o decreto que Lula assinou sem ler: 1) O MST invade propriedades e passa a ser o legítimo dono dos bens invadidos. 2) Ao proibir a divulgação de símbolos religiosos, a estátua do Cristo Redentor, no Rio, deve ser removida, caindo em desgraça por ser considerada o ópio do povo, uma heresia contra o Estado. Cidades como São Paulo, com nome de santos, devem mudar de denominação, talvez apenas “Pavlov”, ao gosto do camarada Vannuchi & Cia. 3) A imprensa passa a ser submetida ao Estado e por ele controlada, como em Cuba e na Venezuela. 4) A punição de torturadores vale apenas para militares da época da ditadura, não para os guerrilheiros que assaltaram, tortura-

“ **Cuidado, sr. presidente, use a vara mais comprida e fina para cutucar o leão adormecido”**

◆ **Tamotsu Kashino**
tkashino@uol.com.br
São Paulo

ram e mataram, sendo os primeiros execrados, enquanto os segundos são indenizados. Quem sabe Lula, “o filho do Brasil”, na reta final do seu mandato revele mais alguns desejos proibidos e mande instalar no teto de seu palácio a foice e o martelo.

◆ **AMÂNCIO LOBO**
amancio.lobo@uol.com.br
São Paulo

◆ PNDH desastrado

Dilma Rousseff deverá persuadir os eleitores de que vai desistir das esdrúxulas e ditatoriais propostas do desastrado Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e apresentar metas convincentes de governo.

◆ **LUIGI VERCESI**
luver44@terra.com.br
Botucatu

◆ Perguntar não ofende: azia é contagiosa? Porque, no caso do PNDH, parece que dona Dilma foi contaminada.

◆ **NEY S. MONTEIRO**
ney@nsmicro.com.br
São Paulo

◆ Um administrador, quando toma posse do cargo, assume tacitamente duas culpas: 1) Culpa in

eligendo – quando escolhe errado os seus subordinados. 2) Culpa *in vigilando* – quando não subordina corretamente seus subordinados. Quando um escândalo se abate sobre uma organização, a culpa sempre é do administrador.

◆ **OSCAR SAJOVIC**
ajovic_oscar@yahoo.com.br
Bariri

◆ Estado crítico

O Ministério Público deveria aproveitar o momento em que iniciou a fiscalização dos estádios abandonados, neste início do desacreditado Campeonato Paulista de Futebol, e estender a sua atuação a essa “copinha”, que está sendo disputada em gramados que são verdadeiros pastos, sem nenhuma estrutura para comportar

os jogos programados, invariavelmente totalmente alagados, sem condições para a prática segura desse esporte. Muitos campos não têm nenhuma ambulância de plantão. Além disso, jogadores são convocados por falsos “olheiros”, defendendo agremiações desconhecidas, de cidades e Estados que nem sequer conhecem. Quem está promovendo essa “orgia” descabida e descontrolada? Os jogadores viajam durante horas e horas, sem alimentação adequada, tampouco controle médico e muito menos preparo físico. Geralmente, no segundo tempo, eles começam a cair, por causa de câibras e mal-estar. Com a palavra o Ministério Público.

◆ **JOÃO ERNESTO VARALLO**
jevarallo@hotmail.com
São Paulo